

GTT SALES PIMENTA 10/09

Participantes Governo:

Conselheiro(a) do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania
Conselheiro(a) do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Conselheiro(a) do Ministério dos Povos Indígenas
Conselheiro(a) do Ministério dos Povos Indígenas
Conselheiro(a) do Ministério das Mulheres
Conselheiro(a) do Ministério da Igualdade Racial
Conselheiro(a) do Ministério da Igualdade Racial
Conselheiro(a) da Secretaria-Geral da Presidência da República

Participantes Sociedade Civil:

Conselheiro(a) da Associação Artigo 19 Brasil
Conselheiro(a) da Justiça Global
Conselheiro(a) da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos
Conselheiro(a) da Terra de Direitos
Conselheiro(a) do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
Conselheiro(a) do Movimento Nacional de Direitos Humanos MNDH
Conselheiro(a) da Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará MALUNGU
Conselheiro(a) da Associação Brasileira de Lésbicas, Bissexuais, Gays, Travestis, Transexuais e Intersexos ABGLT
Conselheiro(a) do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação FNDC

Conselheiro(a) do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania inicia a apresentação dos temas e acordos referentes à pauta.

Foi sugerido que o material fosse debatido no período da tarde.

Conselheiro(a) do Ministério da Igualdade Racial propôs a exclusão de um tema e a criação de uma comissão bilateral com mediação do MDA.

Conselheiro(a) do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania informa quais foram as pessoas e órgãos convidados para os debates temáticos agendados para 11 de setembro de 2024, das 9h30 às 12h. Destaca que, embora não tenham recebido confirmações, os convites já foram enviados e a equipe deve estar preparada para receber os participantes. Ressalta ainda a importância de não compartilhar os convites.

Conselheiro(a) da Associação Brasileira de Lésbicas, Bissexuais, Gays, Travestis, Transexuais e Intersexos ABGLT questiona qual será o encaminhamento concreto.

Conselheiro(a) da Associação Artigo 19 Brasil propõe a divisão dos documentos em três partes, resultando em 10 páginas. A expectativa é que, na parte da tarde, todos retornem com a leitura concluída.

Conselheiro(a) observa que o tempo gasto discutindo poderia estar sendo usado para a leitura e execução das tarefas. Sugere que a leitura continue hoje, e se não houver quórum em 11 de setembro, a discussão pode ser retomada em outro momento.

Conselheiro(a) do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania reitera as propostas de dar continuidade às atividades e pergunta se a pauta pode ser aprovada. Todos concordam.

Conselheiro(a) do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania menciona que os convites para a reunião de amanhã já foram feitos e cita para quem foram enviados. Acrescenta informações sobre exoneração ministerial, pedido de demissão na Secretaria Executiva e nomeações subsequentes.

Conselheiro(a) da Terra de Direitos sugere que o grupo pense em propostas para o plano e as apresente ao governo na reunião seguinte.

Conselheiro(a) do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação FNDC questiona a proposta apresentada, buscando esclarecer se o grupo irá se manifestar, como será feita essa manifestação e se haverá direcionamento à nova Ministra. Concorda que o debate deve ocorrer no período da tarde ou na manhã seguinte.

Houve consenso quanto à proposta apresentada.

Conselheiro(a) da Associação Artigo 19 Brasil informa que os documentos foram enviados via WhatsApp, mas considera que a leitura coletiva pode ser menos produtiva. Sugere 40 minutos de leitura individual.

Conselheiro(a) da Associação Brasileira de Lésbicas, Bissexuais, Gays, Travestis, Transexuais e Intersexos ABGLT inicia a leitura do documento, enquanto o grupo sugere alterações no conteúdo.

Conselheiro(a) do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação FNDC questiona se as informações estarão no Plano Nacional e se o texto é definitivo. Sugere evitar citações, reforça a necessidade de clareza e se oferece para apresentar melhorias.

Conselheiro(a) do PNUD informa que o plano pode adotar linguagem institucional, sem citações e reflexões filosóficas, mas manifesta dúvidas.

Conselheiro(a) da Associação Artigo 19 Brasil destaca a necessidade de ajustar referências, definir o que será público e o que integrará texto jurídico. Sugere maior enfoque em gênero, classe e interseccionalidade, além de maior robustez teórica e uso da expressão “pessoas” para ampliar a inclusão.

Conselheiro(a) da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos relata solicitação para manter o documento aberto para contribuições adicionais. Ressalta a necessidade de tempo para reflexão sistemática sobre referenciais.

Conselheiro(a) da CPT reforça a necessidade de abordagem mais acadêmica e critica o excesso de citações diretas.

Conselheiro(a) da Terra de Direitos concorda com os apontamentos e propõe avançar no debate.

Conselheiro(a) da ABGLT ressalta a necessidade de historicidade e estrutura narrativa adequada.

Conselheiro(a) da Artigo 19 sugere rever a frase inicial do documento.

Conselheiro(a) do PNUD explica a metodologia colaborativa adotada na elaboração do texto.

Conselheiro(a) do PNUD informa que problemas de acesso ao drive devem ser comunicados e assegura que as sugestões serão incorporadas.

O debate prossegue com sugestões de ajustes conceituais, revisão de linguagem, organização cronológica das conceituações, inclusão da proteção coletiva, dever do Estado, responsabilização, financiamento, combate à impunidade e fortalecimento institucional.

Foram levantadas preocupações quanto à acessibilidade da linguagem, organização dos eixos, cronograma, articulação com secretarias estaduais, participação ministerial, orçamento, consulta pública e necessidade de sistematização das contribuições.

GTT SALES PIMENTA 11/09

Conselheiro(a) do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania informa sobre solicitações ao governo federal para fortalecimento de força-tarefa e destaca necessidade de finalizar o processo e enviar lista de presença.

Conselheiro(a) da Terra de Direitos defende aproximação com instituições federais para proteção de territórios em conflito.

Conselheiro(a) do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania aborda articulação com secretarias estaduais e situações envolvendo segurança pública em diferentes estados.

Conselheiro(a) da Artigo 19 destaca necessidade de repactuação do calendário e discussão sobre transformação do plano em lei.

Conselheiro(a) do MALUNGU questiona monitoramento dos programas de proteção.

Conselheiro(a) do FNDC ressalta importância do cronograma e realização de fórum com secretários estaduais.

O grupo debate subgrupos temáticos, cronograma, prorrogações, metodologia, reorganização dos eixos e elaboração do projeto de lei.

Foram discutidos aspectos relacionados à institucionalidade protetiva, combate à impunidade, proteção popular, responsabilização, educação em direitos humanos, interseccionalidade e estruturação do sistema nacional de proteção.

Houve consenso quanto à necessidade de elaboração de versão enxuta do projeto de lei e, paralelamente, versão mais ampla para subsidiar o plano.

Deliberou-se pela convocação da ASPAR, da AGU e da CONJUR para a próxima reunião do GTT, mantendo-se os horários já definidos e com expedição dos convites na sexta-feira.